



**SIMULADO FINAL**

# **CGE SP**

**Auditor Estadual De Controle -  
Especialidade Obras E Concessões  
Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Ugg7AnvidEura2WA8>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/CfEP>

**MÓDULO I****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

**1.** Assinale a opção gramaticalmente correta.

- a) Ele estava quase desistindo do concurso quando recebeu uma boa notícia.
- b) O livro trata de questões bastante interessantes para o leitor iniciante.
- c) Fizemos um abaixo-assinado afim de mudar as regras do edital.
- d) Ele ficou entre eu e você durante a reunião.
- e) Não houve menas reclamações do que no ano passado.

**2.** Na frase: “O diretor informou ao gerente que ele deveria revisar o relatório”, a ambiguidade ocorre em função

- a) da presença de um termo homônimo.
- b) da polissemia do verbo “informar”.
- c) da imprecisão do referente pronominal.
- d) da elipse do sujeito da oração principal.
- e) da generalidade semântica do complemento verbal.

**3.** Sobre a construção frasal “Se chover, o evento será adiado”, avalie as sentenças a seguir:

- I. A oração introduzida por “se” expressa condição.
- II. A inversão da ordem (“O evento será adiado se chover”) não altera o sentido original.
- III. A vírgula é obrigatória na construção apresentada em II.
- IV. O conectivo “se” poderia ser substituído, sem alteração estrutural, por “caso”.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.

b) I, II e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

**4.** Na linguagem sociológica e discursiva, fala-se em reificação quando um grupo humano é tratado como objeto, massa amorfa ou entidade desprovida de subjetividade e agência.

Assinale a frase em que ocorre essa estratégia.

- a) A multidão de torcedores comemorou a vitória até tarde.
- b) O exército de pesquisadores analisou os dados estatísticos.
- c) A tropa de voluntários ajudou no resgate das vítimas.
- d) A engrenagem dos consumidores movimenta a economia moderna.
- e) O conjunto de estudantes elaborou um relatório coletivo.

**5.** Entre as frases, assinale aquela em que há emprego inadequado das expressões “ao encontro de” e “de encontro a”.

- a) As novas diretrizes pedagógicas vão ao encontro das propostas defendidas pela comunidade escolar.
- b) A forte rajada de vento lançou o galho de encontro ao muro antigo.
- c) O posicionamento da comissão foi de encontro aos interesses do grupo que buscava mudança.
- d) O diplomata esforçou-se para que o acordo fosse ao encontro das demandas internacionais.
- e) As decisões tomadas pela diretoria foram ao encontro dos resultados positivos apresentados, o que agravou o quadro.

Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

---

**6.** Assinale a frase que apresenta o uso incorreto do acento indicativo de crase.

- a) Assim que retornou à fazenda, encontrou a família reunida para o jantar.
- b) O mensageiro dirigiu-se respeitosamente à senhora que o aguardava.
- c) A comitiva partiu à noite, evitando a forte insolação do deserto.
- d) As propostas apresentadas não agradaram à nenhum dos conselheiros presentes.
- e) A disputa levou muitos jovens à exaustão, tamanha era a dureza das provas.

**7.** Analise o uso do “se” em cada caso e assinale a opção em que ele funciona como índice de indeterminação do sujeito.

- a) Não se encontrou solução imediata para o impasse.
- b) Admira-se quem não conhece o esforço daqueles homens.
- c) À distância, se percebia uma névoa fina subindo pelo vale.
- d) As tropas se dispersaram quando cessou o ataque.
- e) Falava-se dos acontecimentos com grande ansiedade.

**8.** Em diversos cursos profissionalizantes, os alunos participam de atividades práticas, como oficinas de eletrônica, laboratórios de informática e projetos de robótica. Além disso, muitas instituições incentivam práticas sociais, como visitas a instituições de acolhimento e campanhas de doação.

É correto afirmar que, nas duas ocorrências, a conjunção destacada atua como elemento de

- a) consequência.
- b) oposição.
- c) exemplificação.
- d) finalidade.
- e) conformidade.

**9.** Assinale a opção em que a retirada do artigo implica alteração de sentido na frase.

- a) Ele permaneceu acordado todo o dia, aguardando notícias do exame.
- b) Encontramos o nosso antigo professor diante da escola.
- c) O diretor explicou novamente os procedimentos aos pais.
- d) Visitamos a Argentina no período das férias.
- e) Chamaram o Pedro para esclarecer a situação.

**10.** Assinale a opção a seguir em que o termo introduzido pela preposição DE apresenta um valor de causa.

- a) Os convidados riram de alegria ao ver a surpresa preparada.
- b) A mesa foi ornamentada com tecidos de renda.
- c) O aluno respondeu de memória às perguntas do professor.
- d) Eles conversaram longamente de trabalho.
- e) A carta foi redigida de forma objetiva.

**11.** Observe o seguinte texto publicitário:

*Quem aprecia verdadeiramente o bom gosto escolhe cafés premium. Faça parte desse grupo seleto!*

O processo de convencimento dos consumidores, nesse caso, é o da:

- a) intimidação pela vergonha.
- b) intimidação pelo medo.
- c) apelação para a vaidade.
- d) apelo a alguma vantagem financeira.
- e) apelo a um sentimento de urgência.

**12.** Observe o seguinte texto:

“Muitos professores defendem que o ensino presencial favorece a interação social; outros, no entanto, argumentam que o ensino a distância amplia o acesso e a flexibilidade.”

Nesse caso,

- a) o argumentador apresenta sua própria opinião.
- b) o texto mostra uma opinião como verdade absoluta.
- c) estão presentes no texto diversas opiniões.
- d) o argumentador mostra sua opinião apoiada por outros.
- e) o texto apresenta e aprofunda apenas uma opinião.

## LÍNGUA INGLESA

**Adolfo Sá**

‘The Chinese will not pause’: Volvo and Polestar bosses urge EU to stick to 2035 petrol car ban

As the battle lines harden amid Germany’s intensifying pressure on the European Commission to scrap the 2035 ban on production of new petrol and diesel cars, two Swedish car companies, Volvo and Polestar, are leading the campaign to persuade Brussels to stick to the date.

They argue such a move is a desperate attempt to paper over the cracks in the German car industry, adding that it will not just prolong take up of electric vehicles but inadvertently hand the advantage to China.

“Pausing 2035 is just a bad, bad idea. I have no other words for that,” says German-born Michael Lohscheller, the chief executive of Polestar, Europe’s only all-electric car manufacturer.

“If Europe doesn’t take the lead in this transformation, be rest assured, other countries will do it for us.”

The German chancellor, Friedrich Merz, has called on the European Commission president, Ursula von der Leyen, to soften the 2035 cutoff date. He has asked her to permit the manufacture of new hybrid and highly efficient combustion engine cars beyond 2035 as consumers are still hesitant to buy EVs.

“We’re sending the right signal to the commission with this letter,” Merz said, adding that the German government wanted to protect the climate in “a technology-neutral way”.

Sitting in Polestar’s glass panelled offices in Gothenburg in Sweden, Lohscheller, cannot believe what is unfolding.

His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed. “I wrote twice, I’m not even sure we got an answer to the second letter,” he says.

Across the road in Gothenburg, high above the giant Volvo assembly plant, Håkan Samuelsson, the 74-year-old chief executive of Volvo Cars, has seen it all.

“I don’t see the logic in slowing down,” he says.

Samuelsson likens the resistance mounted by the multibillion car industry to the opposition to catalytic converters, and to seatbelts 50 years ago.

“If they were not mandatory, we would probably have 30% of our cars without seatbelts and if you consider the additional cost we probably wouldn’t have any cars with catalytic converters either unless they were mandatory,” he says.

Volkswagen and BMW, Samuelsson says, “can do with they like”, but if they take the foot off the electrification pedal, they will just widen the gap for China.

“The Chinese will set up factories in Hungary and Slovakia, Romania ... in low labour cost markets. I don’t think it’s possible to keep them out of the EU with tariffs. You just need to meet them face on and compete with them,” he says.

<http://theguardian.com/business/2025/dec/02/china-volvo-polestar-eu-2035-petrol-car-sweden-germany>

**13.** The main conflict described in the text revolves around:

- a) disagreement over tariffs on Chinese imports.
- b) Germany’s pressure to relax the 2035 ban versus Swedish firms advocating to maintain it.
- c) competition between Volvo and Polestar for EU subsidies.
- d) China’s refusal to enter the European market.
- e) Ursula von der Leyen’s plan to ban all hybrid cars immediately.

- 14.** The expression “paper over the cracks” most nearly means:
- a) hide structural problems.
  - b) accelerate technological progress.
  - c) negotiate a fair compromise.
  - d) expose industry weaknesses.
  - e) improve manufacturing standards.
- 15.** According to Samuelsson, if Europe slows electrification, Chinese companies will:
- a) stop exporting due to EU tariffs.
  - b) focus solely on Asian markets.
  - c) create factories in low-cost EU countries.
  - d) switch production entirely to hybrids.
  - e) relocate their operations to Germany.
- 16.** The tone of the executives from Volvo and Polestar can be best characterized as:
- a) neutral and descriptive.
  - b) pessimistic and defeatist.
  - c) humorous and sarcastic.
  - d) persuasive and urgent.
  - e) detached and analytical.
- 17.** According to the text, Volvo and Polestar argue that delaying the 2035 ban would mainly:
- a) strengthen Europe’s leadership in electric mobility.
  - b) protect German industry from foreign competition.
  - c) benefit China in the electric vehicle transition.
  - d) allow consumers more time to adopt electric cars.
  - e) reduce pressure on hybrid vehicle manufacturers.
- 18.** In the sentence “Pausing 2035 is just a bad, bad idea,” the repetition of “bad” conveys:
- a) irony about the complexity of the issue.
  - b) minimization of the seriousness of the proposal.
  - c) strong emphasis and emotional intensity.
  - d) uncertainty regarding the speaker’s opinion.
  - e) a humorous criticism of the EU’s strategy.
- 19.** In the sentence “His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed.”, the word *SNUBBED* could be replaced, without changing its meaning, by:
- a) acknowledged.
  - b) ignored.
  - c) supported.
  - d) accelerated.
  - e) supervised.
- 20.** In the context of the discussion about resistance to technological change, the seatbelt is mentioned in the text to:
- a) illustrate how consumers usually demand mandatory safety devices.
  - b) show that past technological innovations were eagerly accepted by the car industry.
  - c) compare historical opposition to safety measures with current resistance to electrification.
  - d) argue that the EU should focus primarily on safety regulations instead of environmental ones.
  - e) demonstrate that catalytic converters were more important than seatbelts for public safety.

**FUNDAMENTOS DE AUDITORIA  
GOVERNAMENTAL***Guilherme Sant'Anna*

**21.** Nos termos da CF/88, avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado é uma competência (ou finalidade) do(a):

- a) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle interno.
- b) Controladoria Geral da União, em sede de controle interno.
- c) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar de forma integrada.
- d) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle externo.
- e) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar dentro de seus limites e responsabilidades.

**22.** Mário, responsável pela unidade de auditoria interna de uma universidade estadual, ao longo do primeiro semestre de 2024, tomou conhecimento de uma situação que se configurava em ofensa ao princípio da moralidade, previsto no art. 37 da CF/88. Analisando suas competências e responsabilidades, concluiu que deveria tomar todas as providências relacionadas à questão internamente, no âmbito do Sistema de Controle Interno. De acordo com o regramento constitucional, Mário agiu de forma:

- a) correta, uma vez que as finalidades do Sistema de Controle Interno não se confundem com as competências do Tribunal de Contas.
- b) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma subsidiária.

c) correta, dado que o controle interno se sobrepõe ao controle externo em questões dessa natureza.

d) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma solidária.

e) correta, considerando que Mário possui discricionariedade para tomar as decisões relacionadas ao fato narrado.

**23.** Considerando o disposto na CE/89, assinale a alternativa que traz uma finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- b) emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.
- c) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- e) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores.

**24.** Maria, titular de uma UAIG integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de São Paulo, tomou conhecimento de uma irregularidade relacionada a um ato praticado por um agente da unidade a qual estava vinculada. A irregularidade em questão ocasionou prejuízo ao erário. De acordo com a Lei Complementar 1.419/2024, Maria deve:

- a) dar ciência do fato à Controladoria Geral do Estado.
- b) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) tomar todas as medidas para responsabilizar o agente em âmbito interno.
- d) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- e) dar ciência do fato à Corregedoria Geral do Estado.

**25.** Avalie os itens a seguir

I. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual corresponde às atividades de Auditoria Interna Governamental.

II. Considera-se Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de fiscalização e controle, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual.

III. As auditorias internas da Administração Pública direta compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, na qualidade de unidades setoriais.

Estão corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

**26.** Nos termos do Decreto 69.183/24, compete à Diretoria de Auditoria Financeira e de Contratações, EXCETO:

- a) coordenar o planejamento e a execução das auditorias nas áreas contábil, de pessoal, de licitações e contratos, parcerias e concessões.
- b) coordenar o planejamento e a execução das auditorias e consultorias em políticas públicas nas áreas da gestão e infraestrutura, definidas no plano anual de auditoria.
- c) prestar informações tempestivas sobre os trabalhos da Diretoria.
- d) avaliar a consistência dos dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal.
- e) fomentar as boas práticas de governança direcionadas à simplificação administrativa e à modernização da gestão pública estadual.

**27.** Nos termos do Decreto 69.183/24, assinale a alternativa que NÃO apresenta competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) exercer a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- b) auditar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) emitir recomendações com a finalidade de aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- d) promover medidas que visem ao aperfeiçoamento da qualidade dos processos de trabalho, dos produtos emitidos, da eficiência e da eficácia da atividade de auditoria interna governamental.
- e) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado, a fim de evitar práticas de corrupção, de fraude, de desvios éticos e de outros ilícitos.

## Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

**28.** A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito:

- a) auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos.
- b) proteger o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e apuração baseados em risco.
- c) aumentar o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- e) adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

**29.** A atividade do planejamento em que os auditores internos devem coletar e analisar dados e informações sobre a Unidade Auditada, com o intuito de obter conhecimento suficiente sobre seu propósito, funcionamento, principais riscos e medidas tomadas pela administração para mitigá-los, de forma a estabelecer os objetivos dos trabalhos, os exames a serem realizados e os recursos necessários para a realização da auditoria é denominada:

- a) definição do objetivo e do escopo do trabalho.
- b) análise preliminar do objeto da auditoria.
- c) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- d) elaboração do programa de trabalho.
- e) alocação da equipe de auditoria.

**30.** Por meio dos trabalhos que executam, os auditores internos governamentais entram em contato com uma grande variedade de temas essenciais para o funcionamento das organizações. Ademais, por intermédio de suas análises e recomendações, normalmente demonstram conhecimento a respeito de normas e de outros temas complexos e relevantes para as unidades, como controles internos e riscos. Diante disso, é possível que a alta administração da Unidade Auditada entenda ser oportuno aconselhar-se com ou contar com o apoio dos auditores sobre esses e outros assuntos com os quais eles lidam no seu dia a dia. Esse tipo de serviço prestado pelos auditores em resposta à solicitação das Unidades Auditadas denomina-se:

- a) apuração.
- b) avaliação.
- c) consultoria.
- d) assessoramento.
- e) aconselhamento.

**31.** Envolve observar as atividades de determinados indivíduos sem o seu conhecimento. Pode ser considerada pelos auditores como metodologia regular e legítima para viabilizar a evidenciação de fraude, porém, o auditor interno governamental deve receber treinamento específico, caso seja designado para desempenhá-la, dado que sua execução compreende riscos, inclusive de integridade física.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) observação direta.
- b) entrevistas.
- c) análise de dados e documentos.
- d) vigilância.
- e) trabalhos individuais de avaliação.

**32.** A comunicação de resultados consiste na principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização, ressaltando o conhecimento dos auditores internos governamentais sobre os processos de negócios e a capacidade da auditoria interna de contribuir para o alcance dos objetivos da organização.

Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) comunicações completas são aquelas facilmente compreendidas pelo público-alvo. Para isso, devem ser lógicas e fornecer todas as informações significativas e relevantes.
- b) segundo o requisito da clareza, a equipe deve considerar toda informação essencial para o público-alvo, ou seja, todas as informações significativas e relevantes que apoiam conclusões e recomendações das comunicações.
- c) as comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos e evidências que lhes dão suporte.
- d) comunicações objetivas evitam a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, prolixidade e informações dispensáveis, insignificantes ou não relacionadas ao trabalho.
- e) as comunicações construtivas são justas, imparciais, neutras, livres de influência indevida.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

*Nelma Fontana*

**33.** O artigo 5º, XIII, da Constituição da República estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. À luz da classificação doutrinária das normas constitucionais quanto à eficácia e à aplicabilidade, tal dispositivo deve ser considerado uma norma

- a) de eficácia plena, pois produz todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição e não admite restrições por lei ordinária.

b) de eficácia limitada, pois depende da edição de lei integradora para que o direito nela previsto possa ser exercido.

c) de eficácia contida, pois possui aplicabilidade imediata, mas pode ter o seu alcance restrinrido por lei que estabeleça qualificações profissionais.

d) meramente programática, por veicular apenas diretrizes e objetivos a serem concretizados gradualmente pelo Estado.

e) de eficácia exaurida, uma vez que já teria sido integralmente cumprida com a edição da legislação infraconstitucional pertinente.

**34.** O Estado Ômega editou lei determinando que hipermercados e estabelecimentos congêneres fossem obrigados a fornecer, sem qualquer custo, sacolas reutilizáveis ou outras embalagens aos consumidores para acondicionamento das compras realizadas. A norma foi justificada como forma de proteção do consumidor e de redução de impactos ambientais, sem previsão de qualquer mecanismo de compensação financeira aos comerciantes. Associação representativa do setor supermercadista ajuizou ação direta de inconstitucionalidade no STF. Assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois se insere no âmbito da competência concorrente dos Estados em matéria ambiental e de consumo.
- b) A lei é inconstitucional, pois impõe prestação gratuita acessória desproporcional, interferindo indevidamente na livre iniciativa e na ordem econômica.
- c) A lei é inconstitucional apenas se alcançar pequenos comerciantes, por violar o princípio da isonomia em relação às grandes redes.
- d) A lei é constitucional, pois a tutela do consumidor autoriza impor obrigações gratuitas sempre que houver potencial benefício ambiental.
- e) A lei é constitucional, pois se limita a disciplinar forma de exposição e fornecimento de embalagens, sem impactos relevantes na atividade econômica.

**35.** Durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado Gama, uma deputada estadual, ao criticar a gestão de obras públicas, afirmou que o governador seria “desonesto” e “desviaria sistematicamente recursos de contratos de infraestrutura”. O governador ajuizou ação indenizatória por danos morais em face do Estado, alegando responsabilidade civil objetiva pelas declarações da parlamentar. O Estado sustentou que a manifestação estava amparada pela imunidade material. Assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde objetivamente, pois a imunidade material apenas impede ações contra a deputada, mas não afasta a obrigação estatal de indenizar terceiros lesados.
- b) O Estado responde de forma subsidiária, já que, em razão da imunidade, o governador não pode demandar diretamente a parlamentar, restando como alternativa acionar o ente público.
- c) O Estado não responde por fala acobertada pela imunidade material e, se houver abuso fora de seus limites, eventual responsabilidade recai diretamente sobre a parlamentar.
- d) O Estado só deixará de responder se a fala tiver ocorrido em redes sociais, já que a imunidade material protege apenas manifestações no recinto legislativo.
- e) O Estado sempre responde objetivamente pelas manifestações de seus agentes, sendo irrelevante a existência de imunidade parlamentar material.

**36.** Marina, brasileira nata, mudou-se em caráter definitivo para a Alemanha, onde, por iniciativa própria, requereu e obteve a nacionalidade alemã, sem formular qualquer pedido perante autoridade brasileira. Anos depois, ao retornar ao Brasil, é informada de que, no passado, brasileiros podiam perder a nacionalidade em razão de naturalização voluntária em outro país.

À luz da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, é correto afirmar que:

- a) Marina perdeu automaticamente a nacionalidade brasileira ao se naturalizar alemã, pois a Constituição continua vedando a dupla nacionalidade por opção voluntária.
- b) Marina só manterá a nacionalidade brasileira se demonstrar que a naturalização alemã era condição para residir na Alemanha ou para exercício de direitos civis naquele país.
- c) A simples aquisição voluntária da nacionalidade alemã não provoca perda da nacionalidade brasileira, podendo Marina conservar ambas as nacionalidades.
- d) Marina perdeu a nacionalidade brasileira e somente poderá readquiri-la se preencher novamente os requisitos de naturalização impostos a estrangeiros residentes no Brasil.
- e) Ao adquirir outra nacionalidade, Marina deixou de ser considerada brasileira nata e passou a ser tratada como estrangeira com residência permanente no país.

**37.** O Município Aurora editou lei autorizando o Prefeito a instituir programa municipal de apoio a pessoas desempregadas residentes na cidade. O programa prevê pagamento de auxílio financeiro mensal de valor reduzido, oferta obrigatória de cursos de capacitação e participação dos beneficiários em atividades de interesse social por até seis meses, prorrogáveis uma vez, deixando claro que não se estabelece vínculo funcional ou trabalhista com a Administração e vedando a substituição de servidores efetivos por participantes do programa. O Ministério Público propôs ação, alegando fraude ao concurso público. À luz da orientação do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A constitucionalidade do programa pressupõe que ele não seja utilizado como forma indireta de reorganizar o quadro de pessoal, devendo prevalecer sua feição assistencial e de reinserção social.
- b) A inexistência de vínculo jurídico de emprego público entre beneficiário e Município afasta a incidência do regime constitucional do concurso público.
- c) A lei é compatível com a CF, pois configura política assistencial e de qualificação profissional voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade, e não mecanismo de provimento de cargos.
- d) A lei é inconstitucional, pois qualquer prestação de serviços em favor do Município caracteriza contratação temporária de pessoal e exige prévia aprovação em concurso.
- e) O precedente de repercussão geral sobre contratação temporária de servidores não se aplica automaticamente, uma vez que o programa não tem natureza de provimento de cargos públicos.

**38.** A Constituição do Estado Alfa foi alterada para prever que deputados estaduais, quando convocados para sessão legislativa extraordinária, fariam jus a uma parcela indenizatória por sessão, a ser paga cumulativamente ao subsídio, podendo, na soma, ultrapassar o valor mensal deste. A Mesa Diretora sustentou que a verba teria caráter compensatório pelo trabalho em período não ordinário. Partido político propôs ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a norma estadual. Assinale a alternativa correta.

- a) A norma estadual é válida, pois se trata de parcela indenizatória, que não integra o subsídio e pode superar o valor mensal deste sem ofensa à Constituição.
- b) A norma é inconstitucional, pois o modelo remuneratório dos deputados estaduais deve observar o padrão federal, que veda o pagamento de parcela adicional específica pela convocação a sessão extraordinária.
- c) A norma é constitucional, em razão da autonomia organizatória dos Estados, que permite fixar livremente vantagens financeiras aos parlamentares.
- d) A norma apenas seria inconstitucional se não estivesse prevista em lei formal, mas fosse instituída por ato da Mesa da Assembleia.
- e) A norma é constitucional, pois a proibição prevista para o Congresso Nacional não alcança as Assembleias Legislativas, diante da inexistência de determinação expressa de simetria.

**39.** O Estado Ônix aprovou a Lei nº 10.213/2024, de iniciativa de um deputado estadual, que estabelece diretrizes e objetivos gerais de uma política pública prestacional na área de assistência social. A execução dessa política, uma vez implementada, implicará aumento de despesa, e a lei determinou que o Governador deverá expedir decreto regulamentar para viabilizar sua aplicação.

À luz da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) o tema é reservado a lei complementar, pois envolve política pública de caráter continuado com impacto orçamentário.
- b) a iniciativa do projeto era privativa do Chefe do Executivo, em razão do aumento de gasto decorrente da implementação da política.
- c) a previsão de que o Governador regulamente a lei viola a separação de poderes, por impor obrigação normativa ao Executivo.
- d) a iniciativa era privativa do Governador por tratar de estrutura e atribuições de órgãos da Administração estadual.
- e) a Lei nº 10.213/2024 não apresenta vício de iniciativa e, ao atribuir ao Executivo a tarefa de regulamentá-la, não afronta o princípio da separação de poderes.

**40.** O dever de motivar as decisões judiciais é elemento central de controle democrático da jurisdição. Tornar explícitas as razões que conduziram ao convencimento do julgador permite verificar a correção e a efetividade do provimento jurisdicional.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A jurisprudência consolidou a nulidade da chamada fundamentação per relationem, quando o juiz adota, de forma expressa, as razões lançadas em parecer do Ministério Público.
- b) O dever de motivação recai apenas sobre sentenças e acórdãos, não sendo exigido em decisões interlocutórias.
- c) Os julgamentos do Poder Judiciário são, em regra, públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.
- d) Nos processos que tramitam em segredo de justiça, dispensa-se a fundamentação para resguardar a intimidade das partes ou o interesse público.
- e) Em nome da eficiência e da celeridade, admite-se a dispensa de fundamentação em decisões proferidas pelos tribunais, desde que unânimes.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**41.** No Município fictício de Serra Azul, o Secretário de Obras, Sr. Ricardo Almeida, diante de laudo técnico emitido pelo setor de engenharia que apontava risco iminente de desabamento de um edifício residencial, editou portaria determinando a interdição imediata do imóvel e a desocupação compulsória, sem prévia oitiva dos moradores, fundamentando o ato na supremacia do interesse público e na necessidade de preservação da vida e da segurança coletiva.

Considerando a situação narrada e o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato possui natureza bilateral, pois atinge diretamente a esfera jurídica dos particulares e depende de aceitação expressa dos interessados para produzir efeitos válidos.
- b) O ato é inválido, pois a Administração não possui competência para impor obrigações diretamente aos particulares sem autorização judicial prévia, ainda que haja risco iminente.
- c) O ato é válido, pois consubstancia manifestação unilateral de vontade da Administração, dotada de atributos como imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.
- d) O ato é inválido, uma vez que atos administrativos não podem ser dotados de imperatividade quando atingem direitos fundamentais, como moradia e propriedade.
- e) O ato não pode ser considerado administrativo, pois a ausência de processo administrativo prévio compromete automaticamente sua existência jurídica.

**42.** No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar é exclusivo para aplicação de sanções a particulares contratados pela Administração, não sendo cabível em relação aos servidores públicos efetivos.

b) O poder hierárquico confere à Administração competência para editar leis em sentido formal, sempre que houver necessidade de reorganização interna dos órgãos.

c) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar normas com força de lei, independentemente de autorização do Poder Legislativo.

d) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir, condicionar e fiscalizar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo, nos limites da legalidade.

e) O poder hierárquico impede a revisão dos atos praticados por subordinados, garantindo-lhes autonomia decisória plena.

**43.** Considerando o regime constitucional dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios expressos restringem-se a leis estaduais, não alcançando a Administração Pública federal ou municipal.
- b) O princípio da moralidade administrativa possui natureza implícita, porque sua formulação depende apenas de construções doutrinárias.
- c) O princípio da razoabilidade está expressamente previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, ao lado dos demais princípios administrativos.
- d) Os princípios expressos são aqueles que podem ser identificados nominalmente no texto constitucional ou legal, possuindo aplicação direta e imediata.
- e) O princípio da eficiência sempre integrou o texto original da Constituição de 1988 como princípio de aplicação expressa e obrigatória.

**44.** O servidor público Paulo, no exercício regular de suas funções, conduzia veículo oficial em serviço quando ocorreu atropelamento da pedestre Carla. Durante a apuração dos fatos, foi comprovado que Carla atravessou a via fora da faixa de pedestres, em local proibido, desrespeitando a sinalização existente e agindo de forma totalmente imprudente, enquanto o servidor respeitava as regras de trânsito.

Considerando a teoria da responsabilidade civil do Estado, o nexo causal e as causas excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado deve indenizar integralmente, pois a teoria do risco integral é a regra geral adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- b) A culpa exclusiva da vítima configura hipótese capaz de excluir a responsabilidade civil do Estado, por romper o nexo de causalidade.
- c) O caso fortuito e a força maior jamais afastam a responsabilidade do Estado, ainda que sejam inevitáveis e imprevisíveis.
- d) A responsabilidade civil do Estado exige, como regra geral, a comprovação de dolo do agente público para gerar o dever de indenizar.
- e) A existência de nexo causal entre a conduta estatal e o dano não é requisito necessário para a responsabilização do Estado.

**45.** De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta.

- a) A investidura e o efetivo exercício no cargo de agente público ficam condicionados à apresentação da declaração de imposto de renda e de bens e valores de qualquer natureza, previamente entregue à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Ademais, essa declaração deverá ser atualizada anualmente, bem como na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- b) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- c) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- d) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.
- e) O Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil, desde que esse ajuste seja submetido à aprovação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, quando a celebração ocorrer em momento anterior ao ajuizamento da ação.

## Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

46. No que se refere aos serviços públicos, especialmente quanto às formas de delegação, suas classificações e princípios aplicáveis, assinale a opção correta.

- a) A concessão de serviço público caracteriza-se como ato administrativo unilateral, de natureza discricionária, que pode ser conferido tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, independentemente de procedimento licitatório, desde que presente o interesse público manifesto.
- b) A permissão de serviço público é formalizada por contrato administrativo via licitação, possui natureza precária, pode ser revogada unilateralmente pelo poder concedente mediante decisão motivada por interesse público e costuma ser utilizada para serviços de menor complexidade estrutural e econômica.
- c) A autorização de serviço público encontra previsão expressa no art. 175 da Constituição Federal, sendo integralmente disciplinada pela Lei nº 8.987/1995, possuindo, obrigatoriamente, natureza contratual e estabilidade semelhante à concessão.
- d) Concessão, permissão e autorização são institutos juridicamente equivalentes, submetidos ao mesmo regime de estabilidade, com exigência obrigatória de licitação em modalidade concorrência pública e com idênticas hipóteses de extinção contratual.
- e) A concessão de serviço público pode ser atribuída a pessoas físicas quando se tratar de serviços classificados como *uti singuli* ou de baixo custo operacional, desde que haja autorização legislativa específica.

47. O Governador do Estado fictício de Serra Dourada, Sr. Rodrigo Alves, decidiu reorganizar a gestão do sistema estadual de transporte. Até então, o serviço era executado diretamente por uma secretaria estadual. Posteriormente, foi criada, por lei específica, uma autarquia estadual para assumir a execução do serviço. Além disso, a própria secretaria passou por reorganização interna, com criação de novos departamentos e divisões administrativas.

No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A criação da autarquia caracteriza fenômeno de concentração administrativa, enquanto a criação de novos departamentos internos caracteriza descentralização administrativa, pois ambos os casos envolvem redistribuição de competências.
- b) A reorganização interna da secretaria, com criação de departamentos e divisões, configura descentralização administrativa, pois houve transferência de competências entre pessoas jurídicas distintas.
- c) Todo o caso retrata situação de centralização administrativa, pois o serviço continuou sendo prestado no âmbito do Poder Executivo estadual, independentemente da criação de nova entidade.
- d) A situação configura descentralização política, visto que a autarquia criada passou a possuir autonomia legislativa e capacidade de auto-organização semelhante aos entes federativos.
- e) A transferência do serviço para a autarquia caracteriza hipótese típica de descentralização administrativa, enquanto a criação de departamentos internos caracteriza desconcentração administrativa, por se tratar de mera reorganização interna sem criação de nova pessoa jurídica.

48. No Município de Monte Claro, o Prefeito determinou a contratação direta de obra pública sem a prévia obtenção das licenças ambientais exigidas. Diante do ocorrido, a Câmara Municipal instaurou procedimento de fiscalização, enquanto o cidadão João ingressou com ação judicial buscando a invalidação do ato administrativo praticado.

No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O controle exercido pela Câmara Municipal possui natureza interna, pois decorre da estrutura organizacional do próprio Poder Executivo e se limita à hierarquia administrativa interna.
- b) O controle judicial pode, como regra geral, analisar não apenas a legalidade, mas também a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos, podendo substituir o administrador na tomada de decisões.
- c) O controle legislativo caracteriza-se como controle externo e permite a fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive no que se refere à legalidade dos atos administrativos e à aplicação dos recursos públicos.
- d) O controle judicial é exercido, via de regra, de ofício pelos magistrados e possui natureza predominantemente preventiva, não dependendo de provocação do interessado.
- e) O controle administrativo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, sendo este o único órgão competente para revisar e anular atos administrativos ilegais.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Elisabete Moreira*

49. O Referencial estratégico das organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando o levantamento de informações que auxiliem no processo de construção do planejamento nas organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros que permitam realizar julgamento. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- ( ) A economicidade está relacionada ao grau de utilização dos recursos.
- ( ) A eficiência operacional está associada à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.
- ( ) A produtividade refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F e V.
- b) F, V, V e V.
- c) V, F, F e F.
- d) V, V, F e V.
- e) F, F, V e F.

**50.** A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I. A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos, plurais, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III. As conferências são espaços não oficiais ou informais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

**51.** No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas, com pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas, é denominado:

- a) Autoridades de interesse.
- b) Coalizões de interesse.
- c) Conluíos de interesse.
- d) Debates de interesses.
- e) Pressão na defesa de interesses.

**52.** No ciclo de políticas públicas, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e construção de alternativas, etapa na qual definem, além de métodos, programas, estratégias e ações, mecanismos genéricos para a indução do comportamento, a exemplo de soluções técnicas. No caso de um problema de pichação de muros e paredes nas grandes cidades, qual a forma mais adequada de solução técnica que pode ser utilizada pelo policymaker:

- a) criar leis mais severas para infratores.
- b) desenvolver recompensas materiais para delatores.
- c) criar escolas de conversão artística dos pichadores.
- d) destinar verba pública contínua para recuperação de muros.
- e) fazer campanhas de conscientização com a comunidade pichadora.

53. A análise contemporânea sobre a administração pública destaca que a corrupção não é apenas um desvio moral individual, mas um fenômeno influenciado por arranjos institucionais e organizacionais. Da mesma forma, a qualidade das políticas públicas depende de fatores que vão além da vontade política. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção ou promovem a qualidade das políticas públicas.

- a) O aumento da discricionariedade dos agentes públicos, quando acompanhado pela redução dos mecanismos de *accountability*, tende a diminuir a incidência de corrupção devido à agilidade nos processos.
- b) A transparência ativa é considerada um entrave à eficiência das políticas públicas, pois expõe excessivamente a gestão a críticas infundadas.
- c) A existência de monopólio na prestação de um serviço público, somada à baixa transparência e à alta discricionariedade do agente, compõe a fórmula clássica que favorece a ocorrência de corrupção.
- d) A profissionalização da burocracia e o recrutamento meritocrático são fatores que, no passado, pouco impactaram na qualidade e na continuidade das políticas públicas de Estado.
- e) O controle social é um fator que tende a elevar a corrupção, pois aumenta o número de atores envolvidos na negociação de interesses.

54. No âmbito do Novo Institucionalismo, as instituições são frequentemente definidas como "as regras do jogo" em uma sociedade. Considerando essa abordagem teórica e sua aplicação na gestão governamental, assinale a alternativa que descreve corretamente o papel das instituições nas políticas públicas.

- a) O papel primordial das instituições é aumentar a incerteza nos processos políticos, garantindo que os resultados das políticas sejam sempre imprevisíveis e sujeitos à vontade do líder momentâneo.
- b) As instituições têm a função de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais, reduzindo os custos de transação e fornecendo estabilidade e previsibilidade para a implementação de políticas públicas.
- c) O conceito de instituições restringe-se exclusivamente aos órgãos físicos do governo (como ministérios e secretarias), não englobando normas, leis ou códigos de conduta informais.
- d) Instituições fortes e inclusivas tendem a dificultar o desenvolvimento econômico e social, pois o excesso de regras impede a livre atuação das forças de mercado na definição das políticas públicas.
- e) O desenho institucional de uma política pública é irrelevante para o seu sucesso, visto que o fator determinante é o volume de recursos financeiros alocados para sua execução.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E  
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Giulian Salvador*

**55.** Em um treinamento interno destinado aos novos servidores da Controladoria-Geral do Estado, a instrutora apresentou um quadro com os quatro órgãos centrais e suas competências estruturantes. Ao final, pediu que os participantes associassem corretamente cada órgão ao núcleo funcional que lhe é atribuído pelo Decreto nº 69.183/2024.

Com base no decreto, analise a correspondência entre os órgãos centrais (Coluna I) e suas principais funções estruturantes (Coluna II).

**COLUNA I – Órgãos Centrais****I. Auditoria-Geral do Estado****II. Subsecretaria de Integridade Pública e Privada****III. Corregedoria-Geral do Estado****IV. Ouvidoria-Geral do Estado****COLUNA II – Núcleos Funcionais**

A. Responsável por conduzir procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, negociar acordos de leniência e supervisionar unidades correcionais.

B. É o órgão central da transparência ativa, promove gestão de riscos, governo aberto e apoio técnico à integridade organizacional.

C. Órgão central da transparência passiva, decide recursos da LAI e gere a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.

D. Realiza auditorias de desempenho, conformidade e governança, fiscaliza metas do PPA/LDO e emite recomendações de aperfeiçoamento de controles internos.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta:

- a) I–C; II–A; III–D; IV–B
- b) I–A; II–D; III–B; IV–C
- c) I–D; II–B; III–A; IV–C
- d) I–B; II–C; III–D; IV–A

- e) I–D; II–C; III–B; IV–A

**56.** Durante a implementação de um novo programa de integridade em uma autarquia estadual, o Presidente da instituição determinou que fossem consultados os órgãos centrais da Controladoria-Geral do Estado para esclarecer dúvidas sobre diversos temas. Entre as demandas, havia:

- (i) a necessidade de orientação sobre gestão de riscos de integridade;
- (ii) a avaliação preliminar de indícios de fraude envolvendo um contrato;
- (iii) a dúvida sobre qual unidade deveria orientar tecnicamente a instância recursal da LAI; e
- (iv) a necessidade de verificar qual órgão central atua na responsabilização de pessoas jurídicas e na celebração de acordos de leniência.

Com base no Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre cada demanda e o órgão central competente:

- a) (i) Corregedoria; (ii) Ouvidoria; (iii) Integridade; (iv) Auditoria.
- b) (i) Auditoria; (ii) Integridade; (iii) Corregedoria; (iv) Ouvidoria.
- c) (i) Ouvidoria; (ii) Auditoria; (iii) Corregedoria; (iv) Integridade.
- d) (i) Subsecretaria de Integridade; (ii) Auditoria-Geral; (iii) Ouvidoria-Geral; (iv) Corregedoria-Geral.
- e) (i) Auditoria-Geral; (ii) Corregedoria-Geral; (iii) Integridade; (iv) Ouvidoria-Geral.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E  
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Elder Loureido*

57. Ricardo nomeou, no âmbito de sua área de influência, seu sobrinho Luís para cargo em comissão na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Questionado sobre a eventual configuração de nepotismo, Ricardo sustentou que este não restaria caracterizado no caso, já que a autoridade nomeante não teria se valido do cargo ou função, tampouco teria havido a finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido ou violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade. Pedro, analista jurídico do órgão, ao apreciar o caso frente ao Decreto nº 68.829/2024 corretamente concluiu que a declaração de Ricardo estava:

- a) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, motivo pelo qual a nomeação é permitida pela norma.
- b) Correta, pois falta o requisito da finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido para a situação configurar nepotismo.
- c) Incorreta, pois a situação configura nepotismo.
- d) Correta, pois falta o requisito da violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade ou legalidade para a situação configurar nepotismo.
- e) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, apesar de a nomeação ser vedada pela norma.

58. Rodrigo, estudante de direito no Estado de São Paulo, explicou que o Comitê de Governança Estadual, instituído pelo Decreto 68.159/2023, poderia constituir grupos de trabalho. Elucidou, então, que só poderiam estar simultaneamente em funcionamento 3 grupos de trabalho; que a duração deles, computadas eventuais prorrogações cabíveis, seria limitada a 2 anos; e que, no ato da

constituição, o Comitê definiria a composição deles, não inferior a 5 membros. Ressaltou, ainda, que deles poderiam participar: mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos, representantes de órgãos e entidades públicas de qualquer Ente Federativo; e, mediante convite, pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, pudessem contribuir para a votação das matérias em exame. Bernardo esclareceu, pois, que as orientações transmitidas estariam equivocadas, exceto os termos da:

- a) Participação mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos.
- b) Limitação à quantidade de grupos de trabalho em funcionamento simultâneo.
- c) Limitação à duração dos grupos de trabalho.
- d) Limitação à quantidade de membros dos grupos de trabalho.
- e) Participação mediante convite.

59. O prazo para a conclusão da apuração preliminar, consoante o Decreto nº 69.122/2024 do Estado de São Paulo, é de:

- a) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não exceda 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- b) 180 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não excede, em qualquer caso, 180 dias.
- c) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não excede, em qualquer caso, 180 dias.
- d) 180 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- e) 30 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não excede 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.

**60.** Sacramento, representante da pessoa jurídica Estudos Perenes Ltda., propôs, antes da conclusão do relatório do processo administrativo de responsabilização, a celebração de acordo de leniência escrito. Nos termos do Decreto nº 69.588/2025 do Estado de São Paulo, a proposta deve receber tratamento:

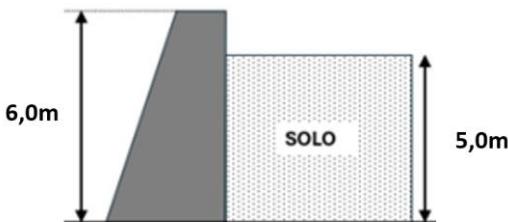
- a) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, permitida a publicidade.
- b) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Controladoria Geral do Estado.
- c) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Procuradoria Geral do Estado.
- d) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito ao âmbito da Controladoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado.
- e) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, vedada a publicidade.

## MÓDULO II

### ENGENHARIA CIVIL I

*Guilherme Venturim*

**61.** A figura apresentada ilustra um muro de arrimo destinado a conter uma massa de solo.



Considerando que o coeficiente de empuxo ativo do solo é igual a 0,25 e que o seu peso específico corresponde a 1,8 kN/m<sup>3</sup>, determine o módulo do empuxo ativo exercido pelo solo sobre o muro.

- a) 3,2 kN/m
- b) 6,1 kN/m
- c) 5,6 kN/m
- d) 4,8 kN/m

- e) 6,7 kN/m

**62.** Durante a fase de investigação geotécnica de um empreendimento, determinou-se que o solo local apresenta limite de liquidez igual a 42% e índice de plasticidade de 15%. Uma amostra coletada em campo foi analisada e constatou-se que sua umidade natural é de 30%. Com base nesses dados, calcule o índice de consistência da amostra.

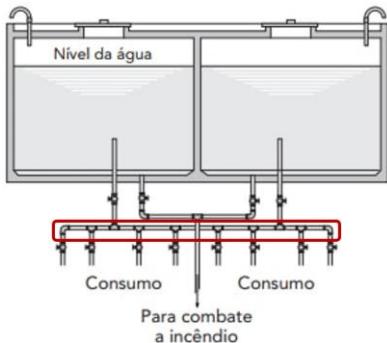
- a) 0,80
- b) 1,20
- c) 0,60
- d) 0,50
- e) 0,95

**63.** Durante a execução de uma sondagem do tipo SPT, a perfuração segue etapas específicas até que o amostrador padrão possa ser cravado. Considerando os procedimentos usuais, assinale a alternativa que corretamente descreve a sequência típica de perfuração adotada antes da realização dos golpes do SPT.

- a) Inicia-se com perfuração rotativa em todo o trecho inicial; em seguida utiliza-se trado helicoidal apenas abaixo do nível d'água; e por fim emprega-se trépano somente em solos arenosos secos.
- b) Utiliza-se trado helicoidal desde o início até 3 m de profundidade; após essa camada, a perfuração deve sempre ser realizada com circulação de ar comprimido.
- c) Começa-se com trado-concha ou cavadeira manual no primeiro metro; depois emprega-se trado helicoidal até o nível d'água ou até avanço muito reduzido; e, quando necessário, utiliza-se perfuração por circulação de água com trépano.
- d) A perfuração deve sempre iniciar por circulação de água com trépano, independentemente da profundidade ou do tipo de solo.
- e) O uso de trado-concha é opcional nos primeiros metros, desde que o operador opte por perfuração rotativa com fluido polimérico desde a superfície.

Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

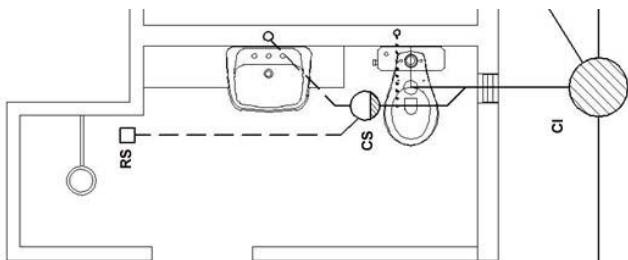
64. A figura a seguir apresenta o reservatório superior de uma instalação predial de água fria.



Nessa figura, o trecho indicado em vermelho refere-se a(ao):

- a) ramal de descarga
- b) barrilete
- c) tubo de queda
- d) coluna de distribuição
- e) ramal predial

65. A figura a seguir apresenta a instalação de esgoto sanitário de um banheiro.



Nessa figura, o trecho entre RS e CS pode ser considerado:

- a) Sub-ramal
- b) Esgoto primário
- c) Esgoto secundário
- d) Ramal de esgoto
- e) Sub-coletor

66. Um pilar metálico fabricado em aço carbono, cujo módulo de elasticidade longitudinal é de 200 GPa, possui uma extremidade rigidamente fixada (engastada) e a outra extremidade simplesmente apoiada lateralmente (apoio de 1º gênero), sobre a qual atua uma força axial de compressão  $P$ .

O pilar apresenta seção transversal circular com diâmetro de 20 cm e comprimento total de 4,0 m. Considerando  $\pi = 3$ , determine o valor da **carga crítica de flambagem**, de acordo com a teoria de Euler, para essa coluna.

- a) 9.850 kN
- b) 12.430 kN
- c) 15.900 kN
- d) 17.219 kN
- e) 21.600 kN

67. A figura a seguir apresenta um importante ensaio realizado em corpos de prova de concreto.



Assinale a opção que apresenta corretamente o tipo de ensaio ilustrado acima.

- a) Ensaio de pacometria.
- b) Ensaio de resistência à tração por compressão diametral.
- c) Ensaio de esclerometria.
- d) Ensaio de flexão em 3 pontos.
- e) Ensaio de flexão em 4 pontos.

## Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

68. A figura apresentada ilustra um equipamento empregado em atividades de terraplenagem para construção de estradas. Esse equipamento é conhecido como:



- a) Motoniveladora
- b) Scraper
- c) Ripper
- d) Drag-line
- e) Bulldozer

69. Em uma cobertura em madeira de duas águas, foram identificados diversos componentes estruturais e geométricos. Considerando a terminologia usual utilizada em sistemas de telhados, analise as afirmativas a seguir:

- I. A cumeeira é a linha mais alta do telhado, formada pela interseção das duas águas principais, onde se apoia a extremidade superior dos caibros.
- II. O rincão é a linha de encontro de duas águas inclinadas formando um ângulo saliente (externo), característico de projeções ou avanços na cobertura.
- III. O oitão corresponde ao fechamento triangular existente nas extremidades de um telhado de duas águas, geralmente situado sobre a parede de apoio.
- IV. O espicão é a linha inclinada onde duas águas se encontram formando um ângulo interno (côncavo), direcionando o escoamento da água.
- V. O pendural é uma peça vertical interna que sustenta a cumeeira, transferindo cargas para as demais peças da armação.

Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas.

- a) I, III e V apenas
- b) I, II e IV apenas
- c) I, IV e V apenas
- d) II, III e V apenas
- e) I, II, III, IV e V.

70. De acordo com a NBR 12693, os extintores de incêndio constituem a primeira linha de ataque contra princípios de incêndio e devem ser instalados de forma estratégica para garantir sua eficiência. Considerando as diretrizes da norma, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Os extintores devem ser posicionados em locais de fácil acesso, preferencialmente nos caminhos normais de circulação e próximos às saídas dos ambientes.
- II. É permitido instalar extintores em escadas, desde que não prejudiquem a circulação de pessoas em situação de emergência.
- III. A escolha do agente extintor deve ser compatível com o risco existente no ambiente, sendo sua capacidade extintora definida por ensaio prático normalizado.
- IV. Mesmo em locais que possuam sprinklers, hidrantes ou sistemas fixos de supressão, a presença de extintores continua sendo obrigatória.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**ENGENHARIA CIVIL II***Leonardo Hotta*

**71.** Em Mecânica dos Solos, os índices físicos são parâmetros fundamentais para caracterizar o estado do solo. Considerando um solo com volumes  $V_t$  (total),  $V_s$  (sólidos),  $V_v$  (vazios),  $V_w$  (água) e pesos correspondentes  $W_t$ ,  $W_s$ ,  $W_w$ , assinale a alternativa correta:

- a) O índice de vazios ( $e$ ) é definido como a razão entre o volume de vazios ( $V_v$ ) e o volume total do solo ( $V_t$ ).
- b) A porosidade ( $n$ ) é a razão entre o volume de vazios ( $V_v$ ) e o volume total ( $V_t$ ), podendo variar entre 0 e 1.
- c) O grau de saturação ( $S$ ) é a razão entre o volume de sólidos ( $V_s$ ) e o volume de vazios ( $V_v$ ).
- d) A umidade ( $w$ ) é a razão entre o peso da água ( $W_w$ ) e o peso total ( $W_t$ ).
- e) O peso específico natural ou aparente do solo úmido ( $\gamma$ ) é a razão entre o peso dos sólidos ( $W_s$ ) e o volume total ( $V_t$ ).

**72.** O ensaio de California Bearing Ratio (CBR) é amplamente utilizado em projetos de pavimentação para avaliar a resistência de solos e dos materiais para o pavimento. Considerando os conceitos relacionados ao ensaio, assinale a alternativa correta:

- a) O ensaio CBR mede a resistência do solo à penetração de um pistão cilíndrico padronizado, comparando-a com a resistência de uma brita padrão.
- b) O valor de CBR é obtido pela razão entre o peso específico natural do solo e o peso específico da brita padrão.
- c) Materiais para o pavimento com CBR inferior a 20% são considerados de excelente qualidade para uso em camadas de base do pavimento.
- d) O ensaio CBR não considera a influência da umidade ou da expansão do solo durante a imersão em água.

e) O resultado do CBR é expresso em MPa, representando diretamente a tensão de ruptura do solo.

**73.** O dimensionamento de pavimentos envolve diferentes critérios conforme o tipo de estrutura adotada. Considerando as diferenças entre pavimentos flexíveis e pavimentos rígidos, assinale a alternativa correta:

- a) Nos pavimentos flexíveis, as tensões são distribuídas de forma mais uniforme entre as camadas, enquanto nos pavimentos rígidos a carga é transmitida diretamente ao subleito sem redistribuição.
- b) O dimensionamento de pavimentos rígidos é baseado principalmente na resistência do concreto e na transferência de carga entre placas, enquanto o dimensionamento de pavimentos flexíveis considera o tráfego acumulado em número de solicitações equivalentes de eixo padrão e a capacidade de suporte do subleito.
- c) Pavimentos flexíveis apresentam maior durabilidade que pavimentos rígidos, pois não sofrem fissuração por retração ou variação térmica.
- d) O método de dimensionamento de pavimentos rígidos utiliza o CBR do subleito como parâmetro principal, assim como nos pavimentos flexíveis.
- e) Pavimentos rígidos não necessitam de juntas de dilatação, pois o concreto usado em pavimentos rodoviários não sofre variações volumétricas significativas.

**74.** Na execução de pavimentos flexíveis, diversas etapas e cuidados são fundamentais para garantir o desempenho estrutural e a durabilidade da obra. Considerando os procedimentos construtivos, assinale a alternativa correta:

- a) A execução de pavimentos flexíveis inicia-se pela aplicação da camada de revestimento, seguida das camadas inferiores.
- b) O controle tecnológico durante a execução é dispensável, já que as espessuras são definidas apenas em projeto.
- c) A compactação adequada das camadas é essencial para reduzir a permeabilidade, aumentar a resistência e evitar recalques diferenciais.
- d) O subleito não necessita de preparo especial, pois sua função é apenas servir de apoio para as camadas superiores.
- e) A execução de pavimentos flexíveis não exige controle de umidade, já que o desempenho depende apenas da espessura das camadas.

**75.** A drenagem é um dos aspectos mais importantes no projeto e execução de rodovias, pois influencia diretamente a durabilidade do pavimento e a segurança dos usuários. Considerando os princípios básicos da drenagem de rodovias, assinale a alternativa correta:

- a) A drenagem superficial tem como principal objetivo reduzir a permeabilidade do subleito.
- b) A drenagem profunda é responsável por coletar e conduzir a água da chuva que escoa sobre o pavimento, através de valas profundas.
- c) Os dispositivos de drenagem são projetados apenas para evitar o acúmulo de água na pista, não tendo relação com a estabilidade dos taludes.
- d) O sistema de drenagem superficial adequado permite o encaminhamento de água para fora da plataforma, aumentando a vida útil do pavimento, através da redução do impacto do tráfego sobre a superfície do pavimento.

e) O dimensionamento dos dispositivos de drenagem não depende da intensidade das chuvas na região, pois o sistema é padronizado para qualquer condição climática.

**76.** Os pavimentos rodoviários podem ser classificados em flexíveis ou rígidos, cada qual com vantagens e desvantagens em termos de custo, manutenção e desempenho estrutural. Considerando as diferenças práticas entre esses dois tipos de pavimento, assinale a alternativa correta:

- a) Pavimentos flexíveis apresentam custo inicial mais elevado, mas exigem menos manutenção ao longo da vida útil.
- b) Pavimentos flexíveis dispensam reforço do subleito, já que o revestimento asfáltico absorve todas as tensões aplicadas.
- c) O dimensionamento de pavimentos flexíveis é menos sensível às condições do subleito, pois a laje de concreto distribui melhor as tensões.
- d) Pavimentos rígidos são mais suscetíveis a deformações permanentes (trilhas de roda), enquanto pavimentos flexíveis resistem melhor a esse tipo de patologia.
- e) Pavimentos rígidos possuem maior durabilidade e menor necessidade de manutenção, embora apresentem custo inicial mais elevado.

**77.** No método mecanístico-empírico de dimensionamento de pavimentos flexíveis, diferentes modos de falha são considerados para garantir desempenho estrutural e funcional ao longo da vida útil da rodovia. Acerca desses modos de falha, assinale a alternativa correta:

- a) O método mecanístico-empírico considera apenas o colapso estrutural total do pavimento como modo de falha.
- b) A deformação permanente do subleito não é considerada no método mecanístico-empírico, pois o tráfego não influencia esse tipo de patologia.
- c) A fadiga do revestimento asfáltico é um dos modos de falha avaliados, sendo relacionada às tensões de tração que ocorrem na base da camada de revestimento.
- d) O método mecanístico-empírico avalia apenas o desempenho funcional do pavimento, sem considerar aspectos estruturais.
- e) As trincas são irrelevantes no dimensionamento mecanístico-empírico, já que o método não considera variações climáticas.

**78.** A avaliação de pavimentos flexíveis é fundamental para identificar seu estado de conservação e planejar intervenções de manutenção ou restauração. Considerando os principais métodos e parâmetros utilizados nessa avaliação, assinale a alternativa correta:

- a) A avaliação de pavimentos flexíveis é realizada apenas por inspeção visual, sem necessidade de medições objetivas.
- b) A avaliação de pavimentos flexíveis não considera o tráfego, pois este é relevante apenas no dimensionamento inicial.
- c) O ensaio de deflectometria não é utilizado na avaliação de pavimentos flexíveis, pois mede apenas propriedades de pavimentos rígidos.
- d) O Índice de Irregularidade Internacional (IRI) é um parâmetro estrutural que avalia a resistência das camadas do pavimento.

e) O levantamento de defeitos superficiais, como trincas, buracos e afundamentos, é um dos procedimentos utilizados na avaliação funcional dos pavimentos.

**79.** Em um projeto de terraplenagem de rodovia, o engenheiro responsável identificou que, em determinado trecho, o greide projetado gera volumes de corte superiores aos de aterro, com solos predominantemente argilosos de baixa capacidade de suporte. Considerando os princípios de equilíbrio de massas, estabilidade de taludes e diretrizes de projeto geométrico, assinale a alternativa correta:

- a) A solução mais econômica é manter o greide original, pois o excesso de corte vai reduzir custos de transporte.
- b) O uso de empréstimos externos deve ser evitado, priorizando o uso do material do corte, para garantir homogeneidade do aterro.
- c) O corte em solos argilosos é desaconselhado, pois os taludes argilosos tendem a ser instáveis.
- d) A alteração da linha de greide pode ser necessária para reduzir volumes de corte e melhorar o balanço de massas.
- e) A compensação de massas é irrelevante quando há solos de baixa capacidade de suporte, devendo-se optar por soluções exclusivamente estruturais.

**80.** Na execução da terraplenagem de rodovia, diversas etapas devem ser observadas para garantir qualidade, segurança e economicidade da obra. Considerando os procedimentos usuais de campo e as boas práticas de engenharia, assinale a alternativa correta:

- a) A compactação dos aterros deve ser feita em camadas sucessivas, com controle de umidade e energia de compactação.
- b) O corte em solos instáveis dispensa medidas de contenção, desde que o greide esteja corretamente definido.
- c) A execução de aterros deve ser realizada em grandes camadas únicas, para reduzir o tempo de compactação.
- d) O transporte de material entre diferentes frentes de serviço não influencia significativamente o custo da terraplenagem.
- e) A execução de cortes em solos coesivos não requer drenagem, pois a baixa permeabilidade elimina riscos de instabilidade.

## OBRAS E CONCESSÕES

*Guilherme Venturim*

**81.** De acordo com Aldo Dórea Mattos, no livro “Como preparar orçamento de obras”, um orçamento bem estruturado deve apresentar alguns atributos fundamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses atributos, apresentados também no livro Metodologias e Conceitos – SINAPI.

- a) Precisão; Flexibilidade; Economicidade.
- b) Confiabilidade; Rastreabilidade; Comparabilidade.
- c) Especificidade; Exatidão; Invariabilidade; Neutralidade.
- d) Aproximação; Especificidade; Temporalidade.
- e) Temporalidade; Elasticidade; Clareza; Compatibilidade.

**82.** No contexto de planejamento e orçamento de obras, o orçamento paramétrico é uma das modalidades utilizadas nas fases iniciais de estudo de viabilidade e estimativa de custos. Sobre esse tipo de orçamento, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de um orçamento detalhado, composto a partir de levantamentos minuciosos de materiais, serviços e produtividade, sendo adequado apenas para a fase executiva do projeto.
- b) É um orçamento baseado em composições unitárias completas, que obrigatoriamente utiliza preços de mercado atualizados e levantamento integral de quantidades.
- c) Corresponde a uma estimativa preliminar cuja principal característica é o uso de fatores empíricos fixos, aplicados universalmente, independentemente das características da obra.
- d) É um orçamento construído a partir das principais parcelas ou etapas da obra, utilizando parâmetros obtidos de bancos de dados de obras ou serviços similares, sempre considerando as condicionantes locais.
- e) Representa um orçamento exclusivamente qualitativo, sem relação com custos reais de obras precedentes, sendo adequado apenas para estudos conceituais sem compromisso técnico.

**83.** No processo de elaboração de orçamentos de obras, a planilha de preços unitários desempenha papel fundamental na definição dos custos de cada serviço previsto no contrato. Sobre esse documento, assinale a alternativa correta.

- a) A planilha de preços unitários é utilizada apenas na fase de execução da obra, não sendo obrigatória em processos licitatórios.
- b) A planilha de preços unitários apresenta exclusivamente o custo total da obra, sem discriminar serviços, quantidades ou unidades de medida.
- c) A função principal da planilha de preços unitários é registrar o preço global do empreendimento, sendo desnecessário detalhar insumos e composições.
- d) A planilha de preços unitários discrimina cada serviço com sua unidade, quantidade e preço unitário correspondente, permitindo o cálculo dos custos parciais e do custo total da obra.
- e) A planilha de preços unitários é um documento opcional, usado apenas quando há serviços terceirizados específicos no escopo da obra.

**84.** À luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao sigilo do orçamento estimado da contratação, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, desde que justificado, mas esse sigilo não prevalecerá em relação aos órgãos de controle interno e externo.
- b) O orçamento estimado da contratação deve sempre constar do edital, independentemente do critério de julgamento adotado, sendo vedado o sigilo.
- c) O orçamento somente poderá ser sigiloso nos casos em que a administração adotar critérios de julgamento por técnica e preço.
- d) O sigilo do orçamento dispensa a divulgação dos quantitativos e das informações necessárias à formulação das propostas.

e) Em licitações com critério de julgamento por maior desconto, o orçamento deve permanecer sigiloso até o encerramento da fase de lances e da classificação das propostas.

**85.** No contexto do planejamento e orçamento de obras públicas, a ferramenta que organiza os itens do orçamento em ordem decrescente de impacto financeiro, agrupando-os em classes de relevância, com o objetivo de priorizar o controle sobre os elementos de maior peso no custo total, é denominada:

- a) EAP – Estrutura Analítica do Projeto
- b) Planilha de Composição de Preços Unitários
- c) Cronograma Físico-Financeiro
- d) Curva S
- e) Curva ABC

**86.** No contexto da elaboração de orçamentos de obras, os custos diretos referem-se a despesas diretamente vinculadas à execução do contrato. Constituem exemplo adequado desse tipo de custo:

- a) Salários da equipe administrativa da sede da empresa responsável pelo contrato.
- b) Gastos com segurança patrimonial, limpeza e apoio administrativo do canteiro.
- c) Despesas com contabilidade central e departamento jurídico.
- d) Custos com publicidade institucional e ações de marketing corporativo.
- e) Custos de depreciação de equipamentos utilizados em outras obras da empresa.

**87.** No contexto da composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) em orçamentos de obras públicas, as Despesas Financeiras têm a função de:

- a) Compensar o custo do capital de giro necessário para suportar o intervalo entre o pagamento das despesas da obra e o recebimento pelos serviços executados, geralmente calculado com base na taxa SELIC.
- b) Remunerar o lucro da contratada sobre os serviços realizados, conforme margem definida pela empresa.
- c) Cobrir gastos administrativos da sede, como contabilidade, diretoria e apoio jurídico.
- d) Garantir recursos para assistência técnica futura e manutenções previstas em contrato.
- e) Custear seguros, garantias contratuais e apólices obrigatórias durante a execução da obra.

**88.** O Custo Unitário Básico (CUB), previsto na NBR 12.721 e calculado mensalmente por entidades como o SindusCon-SP e a FGV, é frequentemente utilizado como referência expedita para estimativa inicial de custos de edificações. Contudo, seu uso exige atenção, pois o CUB não inclui determinados itens que devem ser acrescentados conforme o projeto.

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta somente itens que NÃO são considerados na composição do CUB e, portanto, devem ser incluídos posteriormente na estimativa do custo final da obra:

- a) Estrutura de concreto armado, alvenarias internas e revestimentos cerâmicos.
- b) Instalações elétricas e hidrossanitárias para o padrão do empreendimento.
- c) Mão de obra de execução dos serviços.
- d) Materiais especificados para pisos, paredes e forros.
- e) Projetos executivos, fundações especiais e elevadores.

**89.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento que integra a etapa de planejamento das contratações públicas. Sobre esse plano, assinale a alternativa correta:

- a) O PCA é opcional e, quando elaborado, não deve ser divulgado ao público, por conter informações de caráter sigiloso relacionadas ao orçamento do ente federativo.
- b) O PCA tem como principal finalidade substituir a necessidade de estudos preliminares e de análise de viabilidade para cada contratação, consolidando todos os requisitos técnicos em um único documento anual.
- c) O PCA é elaborado exclusivamente pelo órgão central de compras do ente federativo, sem necessidade de participação dos demais setores demandantes.
- d) O PCA, uma vez publicado, possui efeito meramente informativo, não sendo obrigatório observá-lo durante a realização das licitações e da execução dos contratos.
- e) O PCA deve compilar todas as demandas previstas pelos órgãos e entidades, visando racionalizar contratações, alinhar o planejamento das aquisições ao planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

**90.** À luz da Lei nº 14.133/2021, referente às alterações unilaterais que podem ser promovidas pela Administração em contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração pode determinar, unilateralmente, acréscimos de até 50% em qualquer tipo de obra, serviço ou compra, desde que haja justificativa técnica e financeira.
- b) Para obras, serviços ou compras em geral, o contratado deve aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato; em caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite para acréscimos aumenta para até 50%.
- c) Acréscimos e supressões contratuais devem ser analisados conjuntamente, somando-se os percentuais para fins de verificação do limite legal permitido.
- d) Qualquer alteração unilateral que implique aumento dos encargos do contratado deverá ser compensada posteriormente, em processo apartado, não podendo constar do mesmo termo aditivo.
- e) As alterações unilaterais podem modificar a natureza do objeto contratado, desde que o acréscimo não ultrapasse o limite legal de 25%.

**91.** A adoção do BIM 4D em projetos de engenharia e construção acrescenta uma dimensão essencial ao modelo tridimensional. Sobre essa dimensão, assinale a alternativa correta.

- a) No BIM 4D, os elementos do modelo virtual tridimensional são vinculados a informações de tempo, permitindo simular a sequência construtiva e avaliar impactos no cronograma.
- b) O BIM 4D permite a integração automática dos custos da obra ao modelo, possibilitando a simulação financeira e o controle de orçamento em tempo real.
- c) O BIM 4D é utilizado exclusivamente para compatibilização de disciplinas técnicas, eliminando a necessidade de revisão de interferências (*clash detection*).

d) O principal objetivo do BIM 4D é padronizar protocolos nacionais e corporativos de modelagem, estabelecendo diretrizes para implantação organizacional.

e) O BIM 4D substitui o planejamento físico da obra, tornando dispensável a elaboração de cronogramas por métodos tradicionais como o caminho crítico (CPM).

**92.** De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental, a renovação da Licença de Operação (LO) deve ser solicitada pelo empreendedor com antecedência mínima de:

- a) 30 dias antes do vencimento da licença.
- b) 60 dias antes do vencimento da licença.
- c) 90 dias antes do vencimento da licença.
- d) 120 dias antes do vencimento da licença.
- e) 180 dias antes do vencimento da licença.

**93.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a revisão contratual, como forma de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, deve ser aplicada quando:

- a) Houver solicitação do contratado motivada por aumento ordinário de preços decorrente da inflação prevista e já absorvida pelo índice de reajuste.
- b) Ocorrer variação de custos de mão de obra disciplinada por acordo coletivo, desde que prevista no edital, caracterizando hipótese de repactuação.
- c) Houver necessidade de atualização monetária periódica do valor contratual, conforme índice previamente estabelecido no edital.
- d) A Administração desejar, unilateralmente, ampliar o objeto contratado em até 25% do valor inicial atualizado.
- e) Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como caso fortuito, força maior ou fato do princípio, tornarem inviável a execução do contrato nos termos pactuados, respeitada a matriz de riscos.

**94.** De acordo com a doutrina e boas práticas de controle aplicáveis às contratações públicas, considera-se que há superfaturamento quando ocorre:

- a) Medição e pagamento por quantidades superiores às efetivamente executadas.
- b) Utilização de preços unitários em orçamento-base superiores aos de mercado.
- c) Existência de preços estimados expressivamente maiores que os praticados no mercado.
- d) Fixação de preços globais em licitação por empreitada integral que considerem custos indiretos mais elevados devido à complexidade do objeto.
- e) Previsão de reajuste anual com base em índice setorial.

**95.** De acordo com o Art. 71 da Lei 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adotar diversas providências.

Assinale a alternativa incorreta sobre o que a autoridade superior pode fazer.

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) Proceder à anulação da licitação de ofício ou mediante provocação de terceiros, quando houver ilegalidade insanável.
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- e) Prorrogar o prazo de validade da licitação.

à proficiência da profissão, qual a atitude a ser tomada pelo diretor executivo de auditoria quando a equipe de auditoria interna não dispõe de conhecimentos, habilidades ou outras competências necessárias à execução de todo ou de parte do trabalho de auditoria:

- a) Realizar revisões internas periódicas
- b) Fazer o monitoramento contínuo das atividades
- c) Contratar uma empresa para realizar avaliação externa da função de auditoria interna
- d) Declinar do trabalho
- e) Obter assessoria e assistência qualificadas.

**97.** O Modelo das Três Linhas de Defesa descreve como as funções e responsabilidades são distribuídas entre diferentes níveis da organização, de modo a assegurar uma estrutura eficaz de governança e gerenciamento de riscos. Nesse modelo, as três linhas de defesa correspondem, respectivamente, a:

- a) avaliação; monitoramento; planejamento
- b) controle; supervisão; execução
- c) planejamento; execução; relatório
- d) planejamento; execução; supervisão e monitoramento.
- e) execução; supervisão e monitoramento; avaliação

**98.** De acordo com o Código de Ética do Auditor Interno, um princípio que estabelece que os auditores internos devem respeitar o valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional de assim procederem:

- a) integridade
- b) confidencialidade
- c) objetividade
- d) competência.
- e) zelo profissional

---

## AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

---

*Tonyvan Carvalho*

**96.** Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), em relação

Simulado Final CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 07/12/2025

---

**99.** Assinale a alternativa correta, conforme as definições e diretrizes do IIA (Institute of Internal Auditors).

- a) A atividade de auditoria interna consiste em serviços de avaliação e consultoria, realizados de forma independente e objetiva, com o propósito de agregar valor e aprimorar as operações da organização.
- b) As Normas de Atributos tratam exclusivamente das qualidades individuais dos auditores internos que executam os trabalhos.
- c) O Código de Ética do auditor interno contempla os princípios fundamentais: zelo profissional, integridade, confidencialidade e objetividade.
- d) Os serviços de avaliação, no âmbito da auditoria interna, envolvem apenas dois agentes: o auditor interno e os usuários.
- e) As normas a serem observadas pela atividade de auditoria interna são classificadas em Normas de Atributos, Normas de Desempenho e Normas de Responsabilização.

**100.** Conforma as Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, o ambiente de controle proporciona a disciplina e a estrutura para se atingir os principais objetivos do sistema de controle interno. São elementos do ambiente de controle, EXCETO:

- a) Objetividade e valores éticos.
- b) Filosofia e estilo operacional da administração.
- c) Estrutura organizacional.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas e práticas de recursos humanos.

**101.** A Universidade Estadual de São Paulo otimizou sua estrutura de governança e fortalecimento na gestão de riscos, adotando o Modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors (IIA), distribuindo responsabilidades entre as funções organizacionais da Universidade. Nesse contexto, o servidor Tonin foi designado para integrar a atividade de auditoria interna. Nessa condição, ele estará lotado na:

- a) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função responsável por supervisionar riscos;
- b) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes;
- c) primeira linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos.
- d) segunda linha de defesa, pois desenvolverá atividades relacionadas à propriedade dos riscos;
- e) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que emite avaliações independentes;

**102.** A NBC PG 100 estabelece os seguintes princípios éticos que o auditor independente é requerido a cumprir. EXCETO:

- a) integralidade;
- b) objetividade;
- c) competência e zelo profissionais;
- d) sigilo profissional; e
- e) comportamento profissional.

**103.** Assinale a alternativa CORRETA em conformidade com a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração acerca dos riscos do trabalho do Auditor Independente:

- a) Risco Inerente e Risco de Controle são riscos que não dependem diretamente do auditor independente.
- b) Risco de Detecção e Risco de Mensuração ou Avaliação são riscos que não dependem diretamente do auditor independente.
- c) Risco Inerente e Risco de Controle são riscos que o auditor independente influencia diretamente.
- d) Risco de controle é a suscetibilidade da informação do objeto conter distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles aplicados pelas partes apropriadas;
- e) Risco inerente é o risco de ocorrer distorção relevante na informação do objeto não seja evitado por controle preventivo ou, detectado e corrigido, em tempo hábil, pelo controle interno implementado pelas partes apropriadas.

**104.** Segundo as NORMAS INTERNACIONAIS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DE AUDITORIA INTERNA, o executivo chefe de auditoria deve reportar-se a um nível dentro da organização que permita à atividade de auditoria interna cumprir suas responsabilidades. O executivo chefe de auditoria deve confirmar junto ao conselho, pelo menos anualmente, a independência organizacional da atividade de auditoria interna.

Um exemplo de reporte funcional ao Conselho que NÃO está associado à independência organizacional da auditoria interna:

- a) Receba comunicações do executivo chefe de auditoria sobre o desempenho do plano de auditoria interna e outros assuntos;
- b) Aprove as decisões referentes à nomeação e demissão do executivo chefe de auditoria;
- c) Aprove a remuneração do executivo chefe de auditoria;

d) Formule questionamentos adequados à administração e ao executivo chefe de auditoria para determinar se existem escopos inadequados ou limitações de recursos.

- e) Priorize as áreas a serem auditadas pela auditoria interna;

**105.** À luz da NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, diversos julgamentos e procedimentos devem ser considerados pelo auditor independente ao planejar e executar trabalhos de asseguração razoável ou limitada. Nesse contexto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O auditor independente deve conduzir o trabalho com ceticismo profissional, de forma a obter evidência apropriada e suficiente que lhe permita concluir se a informação sobre o objeto está livre de distorções relevantes.
- b) no trabalho de asseguração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
- c) No trabalho de asseguração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguração razoável
- d) Ao avaliar evidências, o auditor entende suficiência como atributo relacionado à qualidade e adequação como atributo relacionado à quantidade, incluindo relevância e confiabilidade. A qualidade necessária é influenciada pelo risco de distorção relevante na informação e pela própria qualidade da evidência.
- e) O auditor independente executa o trabalho com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que resultem em distorções relevantes na informação objeto da asseguração..

**106.** No contexto dos serviços de avaliação previstos para a auditoria interna governamental, considere que uma equipe precisa examinar se a execução financeira de determinado programa estadual ocorreu em estrita observância aos regulamentos específicos, às metas fixadas e ao orçamento aprovado. Embora haja interesse da alta administração em também analisar a eficiência operacional do programa, a equipe decide limitar o trabalho às obrigações normativas e procedimentais diretamente aplicáveis. A partir dessa delimitação de escopo, o tipo de serviço de avaliação preponderante será:

- a) Operacional, pois envolve análise das metas e da eficiência subjacente ao cumprimento do orçamento.
- b) Financeiro, porque a equipe se limitará à verificação formal das demonstrações contábeis do programa.
- c) De conformidade, uma vez que a avaliação se concentra na aderência do programa às normas e regras pertinentes.
- d) Operacional, considerando que o exame das metas é inerente à verificação da eficácia do programa.
- e) Financeiro e operacional combinados, pois a análise das metas implícita no exame normativo exige avaliação de desempenho.

**107.** Uma auditoria interna foi demandada para avaliar se os custos incorridos na execução de uma política pública estão adequadamente registrados e se refletem a realidade patrimonial e orçamentária da entidade. Posteriormente, solicitou-se que o escopo fosse ampliado para analisar se tais custos têm gerado resultados condizentes com os objetivos estratégicos do governo. Para atender às demandas acumuladas, a equipe decide combinar dois tipos tradicionais de serviços de avaliação. Essa combinação, considerando os objetivos descritos, corresponderá mais adequadamente a:

- a) Avaliação financeira e de conformidade, pois o custo deve sempre ser vinculado à obediência às regras administrativas.

- b) Avaliação de conformidade e operacional, dado que a verificação dos registros contábeis não integra a análise operacional.
- c) Avaliação financeira e operacional, pois se examina tanto a adequação dos registros quanto a relação entre custos e resultados.
- d) Avaliação financeira e de conformidade, porque o exame de desempenho depende exclusivamente da aderência normativa.
- e) Avaliação operacional, exclusivamente, pois todo exame de custos já está contido na análise de eficiência..

**108.** Uma auditoria de desempenho foi realizada para verificar se determinada política pública de saúde vem atingindo os resultados esperados, avaliando eficiência, eficácia e adequação dos processos internos. Após apresentar o relatório, gestores questionam a equipe afirmando que, por não haver sido analisada a aderência estrita da política às normas do SUS, a auditoria deveria ter sido classificada como "de conformidade" e não como "operacional".

Com base nos conceitos tradicionais dos tipos de avaliação, a posição mais adequada da equipe de auditoria é a de que:

- a) A classificação dos trabalhos depende unicamente da vontade da alta administração, sendo irrelevante o objeto analisado.
- b) A auditoria é corretamente operacional, pois está centrada no desempenho, independentemente da análise normativa.
- c) A ausência de exame de conformidade invalida a avaliação operacional, motivo pelo qual o trabalho deveria ser reclassificado.
- d) Trabalhos operacionais sempre exigem, como pré-condição, uma avaliação financeira e de conformidade combinadas.
- e) A auditoria é de conformidade, porque a eficiência e a eficácia são atributos derivados da aderência às normas.

**109.** O serviço de consultoria é, em regra, prestado em decorrência de solicitação específica do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual, ou ainda de órgão ou colegiado intersecretarial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental ou com papel de fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos do Poder Executivo Estadual. Entre os trabalhos a seguir, o único que NÃO se considera um trabalho de consultoria é:

- a) auditoria financeira;
- b) assessoramento,
- c) de aconselhamento,
- d) treinamento
- e) facilitação

**110.** A observação pode ser bastante útil em quase todas as fases da atividade de auditoria. Consiste no exame de processo ou de procedimento executado por outros, normalmente empregados/servidores da Unidade Auditada, com a finalidade de averiguar se o item sob exame opera em conformidade com os padrões (critérios) definidos. Entre os elementos a seguir, o único que NÃO se refere à observação é:

- a) identificação da atividade específica a ser observada;
- b) observação da sua execução;
- c) comparação do comportamento observado com os padrões; e
- d) avaliação e conclusão.
- e) verificação de registros, de documentos ou de ativos.

## **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Rodrigo Rennó*

**111.** No campo da avaliação de políticas públicas, há procedimentos destinados a examinar resultados que somente podem ser identificados após a

conclusão da política, permitindo julgar a capacidade da intervenção de gerar mudanças reais na situação que motivou sua adoção. Esses procedimentos incluem a análise dos efeitos pretendidos e não pretendidos, dos impactos observáveis e da relação entre os objetivos e a transformação efetivamente alcançada.

Assinale a opção que corresponde a esse tipo de procedimento:

- a) Monitoramento, que verifica se insumos, atividades e produtos foram executados conforme o planejado.
- b) Avaliação formativa, que ajusta fluxos e processos durante a execução.
- c) Avaliação ex post, que examina resultados, efeitos e impactos após a implementação.
- d) Avaliação diagnóstica, destinada a identificar a viabilidade antes da execução.
- e) Avaliação de processos, que verifica a aderência entre execução e procedimentos internos.

**112.** Antes da implementação de uma política pública, pode ser necessário avaliar a consistência do diagnóstico, a adequação dos instrumentos, a coerência do desenho, a viabilidade operacional, a previsibilidade dos efeitos, os riscos associados às alternativas e a aderência da solução ao problema identificado. Essa análise ocorre antes da execução e orienta a tomada de decisão.

Esse procedimento é denominado:

- a) Avaliação ex ante, voltada ao exame prévio da viabilidade e consistência do desenho.
- b) Avaliação formativa, realizada durante a implementação.
- c) Avaliação somativa, que examina resultados posteriores.
- d) Avaliação de impacto, que busca transformações observáveis.
- e) Monitoramento, que acompanha indicadores.

**113.** Determinadas análises buscam avaliar a organização institucional que sustenta a política pública, incluindo a clareza das responsabilidades entre órgãos, a articulação entre níveis decisórios, os mecanismos de coordenação, a coerência normativa, a capacidade de gestão e os arranjos que permitem a execução integrada da intervenção. Essa abordagem foca na estrutura que dá suporte ao processo e não necessariamente nos resultados.

Essa análise corresponde ao exame da:

- a) Eficiência, centrada no uso racional de insumos.
- b) Governança, que analisa o arranjo institucional e os mecanismos de coordenação.
- c) Produtividade, associada à quantidade de entregas.
- d) Economicidade, que trata da minimização de custos.
- e) Efetividade, focada na transformação da realidade.

**114.** Determinados métodos de avaliação exigem que todos os elementos envolvidos — incluindo custos diretos, custos indiretos, benefícios imediatos e benefícios potenciais — possam ser quantificados em valores monetários, permitindo comparações objetivas entre alternativas de intervenção. Nesses métodos, somente se considera válida a comparação entre ações quando há capacidade de mensurar economicamente tanto os insumos quanto os efeitos produzidos, incluindo impactos sociais que podem ser expressos em termos financeiros.

Essa descrição corresponde ao método de:

- a) Análise de custo-efetividade, que compara alternativas com base em indicadores não monetários de resultado.
- b) Avaliação diagnóstica, que avalia a consistência e a viabilidade prévia da política pública.
- c) Monitoramento de eficiência, que acompanha apenas a relação entre insumos e produtos.

d) Avaliação formativa, cujo foco está em ajustes durante a execução.

e) Análise de custo-benefício, que converte custos e benefícios em unidades monetárias para estabelecer a alternativa mais vantajosa.

**115.** Em análises avaliativas, quando se busca determinar se a política pública realmente alterou o fenômeno social que motivou sua criação — por exemplo, reduzindo a intensidade, a frequência ou os efeitos de determinado problema — está se utilizando um critério que ultrapassa o exame de metas operacionais e produtos administrativos, concentrando-se na alteração efetiva da realidade.

Esse critério denomina-se:

- a) Eficácia, pois mede o alcance de objetivos.
- b) Efetividade, pois analisa a transformação gerada no contexto social.
- c) Eficiência, que verifica o uso racional de insumos.
- d) Economicidade, que trata de custos.
- e) Produtividade, que se refere ao volume produzido.

**116.** Em processos avaliativos, determinadas metodologias consideram que a mensuração dos resultados não pode se limitar à verificação do alcance das metas previstas, mas deve incorporar o exame da consistência entre os mecanismos implementados, a lógica de intervenção originalmente formulada e os efeitos produzidos, sejam eles diretos ou indiretos. Essa perspectiva busca compreender a racionalidade interna da política e a coerência entre seus elementos estruturantes.

A abordagem descrita refere-se:

- a) à avaliação somativa, que toma como foco exclusivo o impacto final da política.
- b) ao monitoramento, que examina o desempenho operacional e físico-financeiro.
- c) à avaliação de impacto, que se concentra totalmente na mudança observável no problema.
- d) à avaliação da teoria do programa, que analisa a coerência lógica entre o desenho e os mecanismos de implementação.
- e) à avaliação diagnóstica, que antecede a política e estima sua viabilidade inicial.

**117.** A análise que examina a racionalidade da operação de uma política pública, observando se determinada quantidade de insumos produziu a máxima quantidade de produtos possíveis dentro de padrões técnicos adequados, corresponde a um dos critérios clássicos da avaliação. Ela responde à pergunta: “a política utilizou seus recursos de forma operacionalmente ótima?”

Esse critério avaliativo refere-se à:

- a) Efetividade, pois avalia transformações estruturais na realidade.
- b) Equidade, que verifica justiça distributiva.
- c) Excelência, voltada a normas de qualidade.
- d) Eficácia, que examina o alcance de objetivos.
- e) Eficiência, que compara insumos aplicados e produtos gerados.

**118.** Determinadas abordagens avaliativas são utilizadas durante a implementação de uma política pública para identificar falhas operacionais, revisar fluxos, ajustar mecanismos de coordenação e aprimorar a execução, evitando que inconsistências se prolonguem até o final do ciclo da intervenção.

Essa abordagem corresponde a:

- a) Monitoramento, que se limita ao acompanhamento de insumos e produtos.
- b) Avaliação ex post, realizada após o encerramento.
- c) Avaliação formativa, que busca corrigir e aperfeiçoar a política enquanto ela está em execução.
- d) Avaliação diagnóstica, aplicada exclusivamente antes da implementação.
- e) Avaliação de impacto, voltada a mudanças verificáveis no longo prazo.

**119.** Quando se avalia uma política pública sob o prisma da racionalidade no uso dos recursos, examina-se se houve obtenção e aplicação dos insumos necessários com o menor dispêndio possível, sem comprometer padrões técnicos ou requisitos mínimos de qualidade. Esse critério é particularmente relevante em ambientes de escassez orçamentária, nos quais a comparação entre alternativas deve considerar o custo total envolvido.

Esse critério corresponde:

- a) À eficácia, pois verifica o grau de alcance de metas e objetivos.
- b) À eficiência, que observa a relação entre insumos e produtos.
- c) À economicidade, que avalia o uso mais econômico possível dos recursos públicos.
- d) À efetividade, que examina os impactos gerados na realidade.
- e) À produtividade, associada ao volume de entregas.

**120.** Durante a execução de uma política, pode-se realizar um procedimento avaliativo que vai além do simples acompanhamento de indicadores, incluindo análise estruturada de processos, identificação de gargalos, detecção de inconsistências operacionais e proposição de melhorias imediatas. Esse procedimento busca aperfeiçoar continuamente a implementação.

Esse procedimento corresponde a:

- a) Avaliação ex post.
- b) Avaliação de impacto.
- c) Avaliação de governança.
- d) Avaliação diagnóstica.
- e) Avaliação formativa (ou in itinere).

## Discursiva 1

A Secretaria de Planejamento do Estado Z iniciou o desenvolvimento de um programa de formação continuada para analistas de políticas públicas recém-nomeados. Durante a montagem do módulo sobre “Governança e Controle da Administração Pública”, um caso concreto chamou a atenção: em uma autarquia estadual, um relatório interno havia apontado falhas graves na execução orçamentária, mas tais achados não foram encaminhados ao Tribunal de Contas.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Legislativa discutia a instauração de uma CPI para verificar supostas irregularidades em contratos celebrados pela autarquia. Diante desse cenário, surgiram dúvidas sobre os diferentes tipos de controle exercidos no Estado brasileiro, seus fundamentos constitucionais e a forma como se relacionam entre si.

Com base na legislação e na doutrina administrativa, redija um texto dissertativo contínuo, de até 60 (sessenta) linhas, abordando de forma integrada e fundamentada os tópicos a seguir:

- a) Diferenciação entre controle externo e controle interno: conceito, órgãos responsáveis no âmbito do Estado de São Paulo, natureza e finalidades.
- b) Explicação do controle administrativo: conceito, fundamento e sua relação com o poder de autotutela, exemplos de instrumentos.
- c) Explicação do controle legislativo: conceito, fundamento e sua relação com os freios e contrapesos, modalidades.
- d) Explicação do controle judicial: conceito, fundamento e sua relação com a inafastabilidade da jurisdição, limites , instrumentos.
- e) Relação entre controle interno e controle externo: colaboração, apoio e responsabilidade em caso de omissão nos termos da Constituição Federal de 1988.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## Discursiva 2

O Governo do Estado X iniciou a construção de um Centro Administrativo Integrado com previsão de 28 meses de execução e orçamento estimado em R\$ 180 milhões. O empreendimento envolve serviços de infraestrutura pesada, implantação de redes de dados, climatização industrial e obras de urbanização no entorno.

Durante a fase de planejamento, o órgão gestor pediu que a equipe técnica elaborasse um estudo detalhado sobre o orçamento da obra, os riscos de sobrepreço e superfaturamento, os itens mais relevantes do empreendimento e o cronograma de execução. Diante disso, solicitou que os analistas produzissem uma análise completa integrando conceitos financeiros e ferramentas de gestão de projetos de obras públicas.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo contínuo, de até 60 (sessenta) linhas, abordando de forma integrada e fundamentada os tópicos a seguir:

- a) Diferenciação entre custos fixos e variáveis em um orçamento de obras, citando exemplos de cada tipo no contexto da construção do Centro Administrativo.
- b) Conceito de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), apresentando seus principais componentes e a importância da correta composição do orçamento para a viabilidade do empreendimento.
- c) Conceitos de sobrepreço e superfaturamento em obras públicas, suas diferenças, causas e consequências para a Administração.
- d) Explicação da teoria da Curva ABC e sua aplicação na priorização das atividades e insumos mais relevantes da obra, classificando-as nos grupos A, B e C.
- e) Apresentação da metodologia PERT/CPM como instrumento de planejamento e controle, destacando suas etapas e o conceito de caminho crítico, explicando sua importância para o cumprimento do prazo contratual.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?**

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

**NÃO É ASSINANTE?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>